

Da Compreensão Histórica - *Idéias de interpretação em Droysen, Burckhardt e Weber*

On Historical Comprehension:
Ideas on Interpretation in Droysen, Burckhardt
and Weber.

Gabriela Rizo*

Abstract

This article aims to make some observations about the notion of comprehension of three important thinkers in historiography tradition, Droysen, Burckhardt and Weber, showing their resistance against the 19th's positivist paradigms.

Keywords: Droysen, Burckhardt, Weber.

Resumo

Este artigo tem como objetivo tecer algumas observações sobre a noção de compreensão em três grandes intelectuais da tradição historiográfica, Droysen, Burckhardt e Weber, demonstrando sua resistência aos paradigmas positivistas do século XIX.

Palavras chave: Droysen, Burckhardt, Weber.

Da Compreensão Histórica Idéias de interpretação em Droysen, Burckhardt e Weber

Grande parte da historiografia do século XX se orgulha de ter, das mais variadas formas, escapado ao domínio documental e, apesar dos modelos cientificistas do século XIX, estabelecido a interpretação como cerne da construção do objeto historiográfico, concatenando-o à subjetividade do sujeito. Este ensaio procura fazer um panorama da noção de compreensão na obra de três autores clássicos da historiografia, demonstrando que eles têm em comum o fato de considerá-la como base para a construção do conhecimento histórico. A saber, tais intelectuais são Droysen, Burckhardt e Weber.

* Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A idéia de compreensão, nos três autores acima citados, revela que o conhecimento histórico não esteve durante todo o século XIX imerso no positivismo cientificista. Tão pouco, submeteu-se unicamente ao primado do documento autônomo. Pelo contrário, na verdade a recuperação do valor subjetivo das interpretações do historiador sobre seu material, no século XX, deu-se, em parte, por um olhar mais atento sobre a obra destes homens. Apesar de suas abordagens diferentes, pode-se dizer que a noção de compreensão em todos eles, embora Burckhardt não se preocupasse com o estatuto científico da História, está centrada na oposição entre o mundo humano e o mundo natural, entre ciências humanas e naturais.

A compreensão, enquanto recurso metodológico trata diretamente da questão interpretativa. A definição de um modelo de interpretação para escrever-se a história é trabalhada minuciosamente por Droysen, e atravessa a obra tanto Burckhardt, quanto de Weber. Em virtude dos paradigmas científicos das ciências duras terem se imposto ao estudo do mundo humano, durante o século XIX, a construção do conhecimento de acordo com o modelo das ciências naturais se opôs à idéia de compreensão subjetiva da história. Droysen, Burckhardt e Weber (este adentrando inclusive o século XX) representam três momentos distintos de resistência ao paradigma científico positivo, no seio da escrita da história.

Em Droysen, podemos considerar sua preocupação epistemológica com o estabelecimento da história enquanto disciplina, em face às ciências da natureza. O objetivo de Droysen foi determinar o limite entre dois modelos de ciência: uma interpretativa, que teria por base a compreensão, e outra "esclarecida", que daria conta das ciências naturais. A noção de compreensão como definidora do modelo da ciência interpretativa, em Droysen, é respaldada pela interrelação entre o objeto e o agente individual, que trabalha com dados moldados de acordo com sua interpretação. "*Unsere Methode ist forchend zu verstehen*" (*Die Historische Methode*). Segundo Droysen, o ideal das ciências duras não é o mesmo do conhecimento histórico. A principal diferença entre estes dois modelos de ciência está nas características de seus objetos. As ciências do esclarecimento possuem um objeto que é passível de uma causalidade, bem como pretende-se que ele seja exaurível em suas análises¹. Por outro lado, a ciência interpretativa tem um objeto passível de variações muito maiores que o objeto das ciências do esclarecimento, onde as discontinuidades e rupturas propõem uma análise baseada na hermenêutica.

¹ Esta é justamente a crítica de Weber as ciências naturais, já que esta pretensão as faz esvaziar o próprio objeto e perder o seu sentido enquanto ciências.

Em defesa de seu método interpretativo para a história, que exclui os pressupostos do conhecimento científico da natureza, diz Droysen:

"Se quiséssemos estabelecer a sistemática do que é explorável pelas ciências naturais, teríamos que incluir tudo que é mensurável, ponderável, calculável, tudo que se pode captar com a mecânica analítica dos átomos. Pois o que o espírito capta como ente segundo o espaço, que resume como Natureza, lhe oferece a vantagem de estar presente em toda amplitude de sua existência, e de estar à disposição da percepção sensorial. Mas para a compreensão de tais objetos da Natureza, o espírito leva em conta as categorias de noções e conceitos, que remetem-se ao espaço, a massa material, e a suas regras de movimento(...) O alcance deste método termina onde começa o campo da vida individual, do ser pessoal, do livre arbítrio."²

Para ele, portanto, a História é feita por atos de liberdade. O agente é o homem que está sujeito à sua própria autodeterminação. O ser humano é dotado de vontade de liberdade. A noção de compreensão em Droysen só pode ser observada através dessa idéia que postula os seres humanos como produtores de feitos. Isto retira, portanto, a idéia de que o fato histórico estaria exposto na materialidade documental, bem como respalda a amplitude de variações possíveis no objeto estudado. Vejamos o que ele diz:

" (...) aquilo que temos diante de nós como material histórico é a expressão e a primeira prova dos atos de vontade, e devemos entender-los como tais manifestações (...) Não se trata dos atos individuais da vontade daqueles que atuaram, mas queremos adquirir uma noção e compreensão dos acontecimentos e situações que resultaram dos atos de vontade, a saber, os chamados fatos (...) E como devemos nos comportar ante fatos, ante testemunhos ou restos de fatos? (...) o que importa primeiramente é encontrar os pontos de vista através dos quais temos que orientar nossa compreensão histórica, nossa interpretação..."³

A compreensão das intenções humanas, expressas nas entrelinhas documentais, seria a fonte da história. Assim, o próprio historiador é o agente da ação compreensiva. Porém, é na interrelação entre o sujeito e o objeto do conhecimento histórico, que existe o papel do documento. Tendo isto em vista, Droysen divide o trabalho do historiador em diferentes etapas. A primeira seria a verificação da autenticidade dos documentos, de acordo com um modelo metodológico das ciências esclarecidas. É o que Droysen chama de interpretação pragmática. Porém, a autodeterminação dos homens,

² DROYSE, Gustav. *Historica: lecciones sobre la Enciclopedia y metodologia de la historia* - Barcelona: Alfa, 1983. pp 224-225

³ Idem, pp. 184-185

faz com que uma postura pautada no modelo esclarecido seja sempre insuficiente. As etapas seguintes do trabalho devem compreender uma interpretação das condições do objeto de estudo (o que possibilitará a visão do contexto), uma interpretação psicológica (que busca o agente histórico individual) e uma interpretação segundo os, chamado por ele, poderes morais (que são aqueles que se sobreporiam ao indivíduo, que esta submetido "*as grandes configurações deste mundo*"⁴).

A perspectiva de Droysen está totalmente afastada da noção determinística da conexão entre a fonte e o fato. Para ele, os fatos precedem as fontes. Estes se constituem mediante a perspectiva atual do historiador, influenciada inclusive pelo momento histórico por ele vivido. Desta forma, a situação contemporânea do historiador cria questões em torno do objeto. A pergunta, por parte do sujeito, é aquilo que motiva a elaboração da narrativa histórica. A estrutura do passado analisada pela contemporaneidade não é o real em última instância, como os objetos das ciências naturais. Por isso, seria absurda a pretensão, por parte do historiador, de atingir as origens da história. Ou seja, crer na possibilidade de alcançar o primeiro momento de uma série causal que desencadeou o Fato. É impossível recuperar o fato como realmente foi. O historiador, único meio através do qual o fato pode renascer, não lhe é contemporâneo - daí a não existência de fatos objetivos no sentido das ciências naturais. Existe uma tensão constante entre o mundo do objeto pesquisado e o mundo do pesquisador, o que torna a compreensão, como interpretação, essencial.

Embora os fatos precisem das fontes, não há uma equivalência precisa entre eles. Não há positividade nos fatos construídos, e é isto que efetiva a necessidade do trabalho interpretativo. As fontes são apenas a expressão da necessidade de uma busca, e não de uma verdade. Colocadas as questões e efetivado o trabalho do historiador, o fato assumirá uma ordenação lógica a partir da narrativa, que é o transporte do historiador para criar o passado, preenchendo o espaço entre o objeto e o sujeito, dando forma à compreensão. É a narrativa que dá a impressão de poder se chegar às origens. No entanto, "*é característico da narração que ela exponha as coisas históricas como um discurso*"⁵, embora a ciência interpretativa não proponha a revelação da essência de seu objeto. "*Está completamente fora da investigação histórica o chegar a um ponto que, em sentido pleno e iminente, fora o começo imediato.*"⁶

A idéia de tempo passado é criada dentro deste espaço narra-

⁴ *ibidem* p. 187

⁵ *ibidem*, p. 179

⁶ *ibidem* p. 180

tivo. Portanto, o tempo não pode ser entendido como uma linha que se orienta causisticamente, como nas ciências esclarecidas. Ele é construído pelo próprio sujeito do conhecimento. O tempo teleológico, segundo Droysen, próprio dos objetos que possuem uma positividade, não se enquadra na ciência da interpretação, pois é objetivo, exclusivo do agente. O passado enquanto objeto não se exaure, como os objetos das ciências naturais. Na construção da disciplina histórica, sujeito e objeto se imbricam. Não há separação possível, nem hierarquização entre eles. O passado, bem como os fatos, é fruto desta relação. *"Nossa interpretação é, de certo modo, um aflorar e um decompor materiais que parecem secos e encolhidos: com a arte da interpretação eles voltam a mover-se e a recuperar a linguagem."*⁷ Portanto, em Droysen é objetivada uma teorização da história, bem como a definição da amplitude de seu objeto que não é positivista, mas pelo contrário, é predecessora das atuais interpretações hermenêuticas.

Jacob Burckhardt, diferentemente de Droysen, não possuía, nem uma preocupação epistemológica com a história, nem com seu estatuto como disciplina. A obra deste intelectual apresenta uma preocupação ética com o conhecimento histórico. Enquanto Droysen utilizava a liberdade humana como determinante para a qualificação de seu objeto, e assim, como ponto de apoio para a definição de um tipo de ciência diferente das naturais por ser fruto de vontades e não de leis, Burckhardt viu nestas vontades uma forma de crítica à sociedade do presente. Para Burckhardt, a realização da vontade torna cada ser capaz de fazer da história uma manifestação individual, como uma obra da arte. A história é a obra de arte do homem através do exercício de sua liberdade.

Assim, embora em um eixo diferente de Droysen, Burckhardt apresenta uma perspectiva que afasta a história da ciência positiva, ao mesmo tempo em que eleva o ser humano a sua vontade de potência. É a partir da idéia de um ser humano absoluto, que Burckhardt concebe o importante papel da compreensão interpretativa para analisar os fenômenos históricos. O ser humano, sendo excepcional, estável e individual, é aquilo que dá sentido ao relato histórico. Um tipo de relato que se opõe à objetividade científica quando analisa seu objeto. A preocupação de Burckhardt está no espírito dos agentes históricos, e não com os fatos em si. Assim sendo, nele existe uma despriorização do próprio fato. Enquanto Droysen apenas diferencia o fato da fonte, incluindo a problemática da subjetividade do historiador, Burckhardt coloca que o fato foi engendrado no espírito de uma época (*Zeitgeist*). Desta forma, o que foi intencionado é tão importante como o que aconteceu.

⁷ *ibidem* p. 183

O mestre de Basileia, portanto, se distanciou mais que Droysen de uma história objetiva. Em seu texto sobre o indivíduo e a coletividade, a idéia de compreensão perpassa a noção de grandeza e apresenta sua visão própria de conceitos aplicados à história. *"Presentimos que o conceito de grandeza é indispensável e que não devemos renunciar a ele, mas o que ocorre é a tendência de continuar sendo necessariamente um conceito relativo, pois não devemos esperar jamais estabelecer um conceito absoluto."*⁸ A impossibilidade de se trabalhar cientificamente a grandeza está no fato desta não possuir um caráter absoluto. Grandeza é um conceito que só poderá partir de uma observação relativa. A renúncia de Burckhardt ao método científico ocorre devido à impossibilidade de absolutizar conceitos para escrever história. Logo, o ponto de partida para a análise da grandeza só pode estar no homem (o agente). A compreensão de qualquer ato humano revela-se sempre através de um relato entendido provisoriamente e é algo insubmisso ao conceito. O relato não é ordenado pelo conceito mas por outro homem, tão autônomo quanto aquele que produziu o ato de grandeza a ser analisado⁹.

Na realidade, o estudo do objeto abre espaço para a imaginação, que concebe a história dentro de domínios estéticos. O relato em Burckhart propõe a compreensão através de uma narrativa que funciona como ordenadora de fatos aparentemente caóticos. A questão da narrativa aproxima Burckhardt de Droysen, já que ambas as formas de compreensão se plasmam através da impureza da subjetividade e da linguagem. Porém, em Droysen os fatos apresentam um arcabouço conceitual que torna possível a compreensão hermenêutica. Em Burckhart o caráter subjetivo da imaginação histórica, apresenta, além de sua porção estética, o vínculo com uma postura ética do historiador. Para Burckhardt a tarefa da história não é simplesmente entender como as coisas se passaram, mas seu objetivo supõe, na conexão entre objeto e sujeito, o interpretar as ações dos indivíduos. O historiador não deve ter um papel passivo quanto à realidade, mas sim um papel ativo, ético. Daí a crítica que pode ser feita à disciplinarização, através dos textos de Burckhardt. Esta, para ele, só produz um entendimento medíocre das coisas. A escrita da história deve revelar uma preocupação moral não isenta. A postura de Burckhardt enquanto historiador é uma postura de ação crítica.

Por isso sua análise é direcionada para a cultura, que é, em sua opinião, onde o homem individual pode apresentar-se realmente em exercício de sua liberdade. A cultura é o local onde a espontaneidade se instalada. A História da Cultura em Burckhardt é montada

⁸ BURCKHARDT, Jacob. *Reflexiones sobre la Historia Universal*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 264

⁹ *idem*, p.266

sobre um indivíduo superior, dotado de capacidade de ação. Para Burckhardt :

«A forma externa de conjunto da cultura frente ao estado e a religião é a sociedade no mais amplo dos sentidos(...); há, além disso, inúmeras coisas que seguem vivendo inconscientemente, como substâncias que procedem de não se sabe que povo esquecido, absorvidas pelo sangue da humanidade. Esta absorção inconsciente de resultados culturais não se deve perder nunca de vista, tanto nos povos, como nos indivíduos. O crescimento e o declínio de tais elementos culturais tem lugar segundo leis vitais superiores e inescrutáveis.»¹⁰

Somente a cultura pode revelar a insondável vontade humana. Porém, é possível interpretá-la, mas não submetê-la a parâmetros cientificistas. Para operacionalizar sua compreensão, Burckhardt estabeleceu um quadro de três potências: o estado, a religião e a cultura. Diz ele que: *"Não nos escapa, ao formular o tema, tudo que esta separação tem de arbitrário (...) é proposta unicamente para tornar possível o exame do tema."*¹¹ Ora, esta colocação expõe que, apesar de considerar a precariedade dos conceitos no campo da história, Burckhardt utiliza as potências como formas conceituais provisórias, segundo sua intuição. Ao se voltar para uma análise mais direta das três, ele dirá que: *"O estado e a religião, expressão da necessidade política e da necessidade metafísica respectivamente, reclamam uma vigência universal (...) a cultura (...) é o mundo do móvel, do livre, do que não é essencialmente universal, do que não reclama para si um a vigência coercitiva."*¹²

A cultura, nesta análise, ocupa espaço privilegiado, uma vez que são suas interrelações com as outras potências que possibilitam compreender a ação individual. Através da cultura é possível mostrar-se a dimensão maligna das outras duas potências, que fazem parte da análise do processo histórico: o estado e a religião. Para ele, estas esferas são espaços limitativos da liberdade, da ação do homem, e de sua vontade de potência. Em sua obra *"A Civilização do Renascimento Italiano"*, Burckhardt apresenta a sociedade italiana através da cultura renascentista como o ápice do desenvolvimento da potencialidade do indivíduo. Segundo ele, no Renascimento o homem se libertou da subordinação às forças institucionais da religião e da política, em prol do desenvolvimento cultural. É possível, então, a valorização do indivíduo, ao romper-se com a noção medieval de humanidade enquanto um conjunto de pessoas, exaltando-se a subjetividade. O desenvolvimento da personalidade é ponto nodal para

¹⁰ *ibidem.* p. 103

¹¹ *ibidem.* p. 70

¹² *ibidem*

uma abordagem das repúblicas italianas do século XVI.

Através desta obra, Burckhardt critica sua própria sociedade massificada pelo Estado burocrático, que difunde uma igualdade artificial obtida coercitivamente. Burckhardt prioriza as forças morais e intelectuais (e não a força física) como argumento para a estabilidade humana. A coerção, representada pelas duas primeiras potências, se contrapõe à compreensão da história centrada nas livres ações. Logo, só a cultura torna possível interpretar as vontades de potência reprimidas, o intencionado que provoca reações coercitivas e revela o espírito essencial do humano. Ou seja, a interpretação dos fatos passa pelo não ocorrido, pelo desejado e pelo imponderável. A compreensão interpretativa ultrapassa o que ocorreu e deve tomar lugar nas esferas mais profundas da existência das sociedades.

Porém, é em Max Weber que se pretende demonstrar o maior grau de elaboração da idéia de compreensão interpretativa como fundamento para a construção do conhecimento histórico. A interpretação que motiva o compreender em Weber não abandona, como em Burckhardt, o trabalho conceitual. Entretanto, os conceitos weberianos não se baseiam em leis últimas, mas trocam a precariedade postulada pelas intuições burckhardianas por uma interpretação aproximativa das variações do objeto. Desta forma, Weber consegue conjugar a especificidade dos objetos da história, observada na história como obra de arte de Burckhardt, com a preocupação em estabelecer uma especificidade científica no campo das ciências humanas, que as diferencia das ciências naturais, como Droysen.

Na discussão weberiana, a impossibilidade de se ter objetos homogêneos nas ciências humanas retorna. Enquanto nas ciências naturais, o objeto é dotado de uma conduta regular e é possuidor de uma racionalidade interna, nas ciências humanas sua conduta se apresenta de forma irracional (de acordo com o critério de racionalidade das ciências naturais). Isto exclui a possibilidade de se pensar uma lei determinante que dê conta dos objetos da história. Como então solucionar tal problemática? Como pensar uma produção cognocitiva sem a postulação de um critério de verdade? Como se afere veracidade a objetos tão instáveis? Em função disto, Weber busca um novo modelo de compreensão, que embora não tenha o mesmo grau de homogeneidade do conhecimento sobre a natureza, não pode ser totalmente incalculável.

Para que se proponha uma ciência dos acontecimentos é preciso certa regularidade. Esta, porém, não pode se esgotar em leis. Assim, Weber constrói perfis para seus objetos através do conceito de tipo ideal. Diferentemente das ciências da natureza, que têm a pretensão de trabalhar conceitos imanentes às coisas, a ciência histórica possui uma ajuda metodológica com a construção de conceitos que não pretendem possuir imanência primeira nos objetos. São concei-

tos interpretativos, que resguardam lugar para as impurezas da realidade, propondo uma amplitude de variação, no sentido da particularidade do objeto em sua existência concreta.

Ao buscar a compreensão própria das ciências sociais, Weber busca o cerne da própria ciência enquanto um valor dentro do mundo racionalizado. Esta postura fará com que defenda que a subjetividade transpassa todos os domínios científicos, não só os das ciências humanas. Assim, ele inverte a questão da objetividade da ciência histórica contrapondo-lhe o questionamento da objetividade das ciências físicas. A idéia de juízo de valor é central para isto, uma vez que Weber a utiliza para analisar as propriedades da ciência. Cada agente humano pode traduzir-se por um sistema de valores o qual, em última instância, seria impossível de se explicar através de um conceito absoluto de Razão. Dentro de uma mesma sociedade, existe a constante luta entre diferentes sistemas de valor, onde cada um deles possui uma racionalidade própria, seja a ciência ou a religião. Estamos, portanto, num mundo de choque entre valores irredutíveis. Isso leva à intervenção simbólica da construção e internalização de um valor que independe do cálculo racional.

A operacionalização da noção de realidade, que Weber faz em seu texto *"Rejeições religiosas do mundo e suas direções"*, como pré-construída e constantemente construível, pode esclarecer melhor este processo. A realidade possui um valor ambíguo em sua construção, pois é um dado (passado) e ao mesmo tempo uma sorte de múltiplas possibilidades (presente/futuro). A racionalidade é um os valores humanos que busca dotar de sentido de coerência esta realidade. A Ratio supõe a experiência da familiaridade, onde existe a saturação da cadeia semântica, que faz com que o esperado já seja sabido. Esta organização da Ratio em Weber apresenta uma divisão das esferas da realidade, de acordo com valores preconcebidos nas experiências de uma dada sociedade (passado/cultura), que, a saber, são: a esfera econômica, a política e a intelectual. Estas, por outro lado, servem para enquadrar a experiência vivida (presente/futuro), pois nasce delas uma racionalidade que organiza a realidade. Desta forma, implementa-se uma racionalização constante do mundo, de acordo com opções de valores que dotam de explicação o mundo real, mas que não são postuladas pelo calculável.

Assim, a racionalização constante do mundo não nos dá um conhecimento maior das coisas e das condições de vida. Não obstante, ela culmina com o conhecimento científico, que produz o desencantamento, e acredita explicar a existência pelo cálculo racional, mas que não da conta de tudo. Isso se contrapõe a uma imagem encantada do mundo, postulada pelos valores religiosos, que por sua vez também possuem uma lógica interna a si mesmos. A ciência supõe um maior avanço na explicação do oculto, pois o desencantamento

destituiu o mundo de seu mistério. Porém, a proposição do que é digno de ser conhecido não pode ser resolvida racionalmente. Logo, a própria ciência, que é uma atividade desencantante dos valores em si mesma propõe um valor, tanto quanto a religião, já que sua escolha não pode ser defendida a partir de critérios científicos. A ciência funciona em torno de uma concepção de Razão, entretanto, a Razão já é um valor. Por outro lado, a proposta da ciência é bloquear a própria idéia de valor. É portanto, um valor bloqueador daquilo que o move.

Weber relaciona o desencantamento do mundo com a modernidade. A indagação racional opõe mistério a desencanto. O sentido último das coisas, que é dado pela religião, é esvaziado pela ciência. Que sentido, então, tem um valor bloqueador? A justificativa da ciência é a atualização da força libertária da Razão e a tecnologização do mundo. A ciência, desta forma, torna-se necessária para a vida prática, para dominar o cálculo e a clareza no que se refere às questões da técnica. No entanto, para Weber esta justificativa, por si só já é um valor. A ciência instrumentaliza a orientação dos valores, que é algo anterior a ela. Assim, toda opção do cientista é motivada por valores.

A ciência empírica, tanto quanto a social, esta impregnada de valores. A crítica de Weber requer que todas as ciências não postulem valores aprioristicamente, mas se comprometam com juízos de valor críticos. Valores dotados de crítica possuem uma prática de responsabilidade e consciência, que não se intimida quando se depara com os aspectos indesejáveis de uma tomada de decisão. Isto os diferencia do valor aprioristicamente dado que postula um fim (que pode ser um valor religioso, tanto quanto da ciência positiva cega). A opção do cientista pela construção de um valor crítico é um postulado não propriamente metodológico, mas ético que se acentua principalmente nas ciências sociais, e que depende do agente de acordo com seu livre arbítrio. A opção por um valor é uma tomada de posição que significa a rejeição de outros valores.

Em Weber, a ciência acaba por se definir não por propriedades substanciais e sim culturais. A ciência é uma construção da cultura e por isso o próprio estudo do social, na modernidade, está carregado das características de desencantamento oriundas das ciências duras. Porém, nas ciências sociais não há atributo inerente ao objeto, os objetos são escolhidos de acordo com o interesse do analista, ou seja, a própria escolha do objeto já propõe um juízo de valor. Podemos fazer uma aproximação entre Weber e Burckhardt, em função da visão ética para a construção do conhecimento, bem como da manipulação do objeto tendo relevância na sociedade contemporânea.

Porém, voltamos-nos mais uma vez para a idéia de compreensão em Weber. Esta possui uma elaboração muito maior que nos dois primeiros intelectuais analisados. O ato de compreender weberiano

busca dar conta, dentro de um cenário científico, de determinadas perguntas. Por exemplo: como a ciência da realidade (a ciência histórica) pode ser científica e ao mesmo tempo imune a leis? Como seus conteúdos podem recortar um fenômeno e não dar conta de sua substância? Qual a particularidade das ciências sociais? Como uma ciência opera sem leis?

Para tentar responder estas perguntas, Weber operacionaliza determinados conceitos que, embora saiba não darem conta do que é vivido, constituem sua opção metodológica, definida, obviamente, por sua postura ética e por seus juízos de valor. A compreensão do cientista social será motivada no sentido da homogeneizar o objeto. A proposta que motiva o sistema compreensivo weberiano é a constituição de uma ciência não como normatização, mas como descoberta. É o contrário de uma ciência que proponha a quantificação de seu objeto, que acaba por se esgotar, como ele acredita ser o caso das chamadas ciências da natureza.

A sociologia histórica de Weber, a ciência da realidade, tem como objeto a vida que se liga a valores irremetíveis à razão. Desta forma, a conceitualização não dá conta do objeto. Porém, para Weber, a operacionalização do que acontece na vida humana através de uma construção conceitual pode ampliar os limites da compreensão. Weber constrói, assim, a noção de tipo ideal que é a imposição de um conceito aos objetos. Porém este conceito é constituído a partir da interpretação da existência prévia dos próprios objetos no mundo. O tipo de compreensão propiciado pelo tipo ideal é construir um modelo interpretativo, e não causístico. O tipo ideal não visa estabelecer leis gerais, mas sim busca a particularidade dos fenômenos culturais permitindo aproximações entre o conceito e o real. Desta forma, é uma construção consciente e lógica feita através da interpretação do próprio objeto na sua manifestação real, do qual se retiram aspectos básicos (como se fossem sua representação pura, inexistente na realidade) que permitem ao fenômeno ser analisado segundo um conceito aproximativo e esquemático, construído de forma racional.

O tipo ideal deve possibilitar a construção abstrata de um fato da realidade, através da interpretação, postulando formas de compreensão da sociologia histórica. Este modelo visa estabelecer papéis para abstrações que nunca se encontram em estado puro na realidade, mas que são retirados dela. O conceito seria como uma representação daquilo que se manifesta variavelmente nos objetos, mas que em substância nunca existe. Assim, o conceito se impõe ao fenômeno, e só esta imposição pode responder como o fenômeno se comporta na realidade, pois é elaborada a partir de uma racionalidade que esta presente no próprio objeto ao ser interpretado pelo cientista, em seu estado impuro. O valor do tipo ideal, sabendo-se que ele não pode ser encontrado na realidade, é possibilitar a intervenção na

ordem das coisas, dando-lhes um sentido e preenchendo as lacunas do conhecimento das humanidades, dando-lhe, como a narrativa em Droysen e Burckhardt, uma lógica.

A compreensão histórica baseada no conceito de tipo ideal impede a certeza das ciências duras nas ciências humanas. Para que um conceito seja plenamente objetivo ele deve pertencer à ordem das coisas materiais, o que não há nas ciências sociais. Porém, o conceito objetivo anula a particularidade em favor das leis gerais, o que elimina os casos particulares. O tipo ideal não está preocupado com a substância do objeto, mas não é uma construção meramente subjetiva. O intervalo entre o tipo ideal e o fenômeno impede que o conceito se superponha a este, havendo somente uma aproximação, que propõe a análise fenomenológica e a reformulação do conceito no campo do particular. Isso é totalmente oposto às posições clássicas, onde a necessidade da objetividade, que estabelece leis, determina uma homogeneidade interna. O que não dá conta da compreensão do específico, ao contrário do tipo ideal, que é um conceito aproximativo sempre possível de ser reformulado.

A teorização é uma etapa da busca da compreensão do objeto em suas características mais gerais. A prática por sua vez se integra à teoria, sendo um momento para a sua reformulação na singularidade do objeto. A forma última do objeto é sempre flutuante. Pela utilização do tipo ideal, o historiador propõe soluções para compreender seu objeto, porém estas soluções não são acabadas e não levam a finais rígidos. É a interação constante entre prática e teoria. Assim, o conceito sempre se redefine a partir de sua aplicação. A racionalidade constrói o tipo ideal, que é aproximado das particularidades, porém sempre reelaborado a cada análise singular da realidade.

Em Weber, podemos observar, portanto, a fusão de objetivos vistos nos dois oitocentistas acima citados. Assim, as teses weberianas apresentam, tanto a preocupação com uma metodologia específica que defina o campo das ciências humanas, como em Droysen, como uma opção por valores e uma ética na escrita da história, como em Burckhardt. Em Weber, assim, pode-se sintetizar duas coisas: a crítica a uma ciência dura, e a formulação do campo das humanidades com a utilização de conceitos com características próprias. Isto as legitima no campo científico e é, ao mesmo tempo, um passo contundente para a crise dos paradigmas positivos do século XX. A idéia de compreensão interpretativa, por outro lado, não se faz presente só em Weber, mas também em Droysen e Burckhardt, o que revela a existência de um modelo interpretativo crescendo em paralelo ao modelo documental positivo da história no século XIX, e que o supera no XX.

Bibliografía:

DROYSE, Gustav. *Historica: lecciones sobre la Enciclopedia y metodologia de la historia*. Barcelona: Alfa, 1983.

BURKCHARDT, Jacob. *Reflexiones sobre la Historia Universal*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. *A civilização do Renascimento Italiano*. Lisboa: Presença, 1983.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia e outros escritos*. São Paulo : Abril Cultural, 1974.

_____. *Ciência e política: duas vocações* . São Paulo : Cultrix, 1970.

_____. *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa : Presença, 1979.

_____. *The sociology of religion*. Boston : Beacon Press, 1993.